

O FUTURO DAS HUMANIDADES NA ERA DIGITAL

*Nicolas Shumway*¹

Confesso ter reservas quanto à palavra “futuro” que se lê no título deste colóquio. Lembro-me da famosa frase de um “filósofo de rua” dos Estados Unidos, o jogador de beisebol Yogi Berra, que certa vez disse ser muito difícil profetizar, sobretudo se o tema for o futuro. Lembro-me também de uma frase do escritor argentino Jorge Luís Borges. Borges fascinava-se com os fenômenos que se repetem e com os arquétipos que aparecem repetidas vezes na literatura e na arte. Gostava de repetir a famosa abertura do Eclesiastes. “O que foi, voltará a ser; o que aconteceu, ocorrerá de novo; o que foi feito se fará outra vez; não existe nada de novo debaixo do sol” (Eclesiastes, 1:9). Borges contribuiu para esse pessimismo frente ao novo com uma concisa frase: “A velha superstição do novo.”

Esta frase do Borges sugere que, apesar do pessimismo do anônimo autor do Eclesiastes, o ser humano nunca deixará de buscar o novo, uma velha prática que talvez tenha nascido com nossa espécie. Mesmo que a revolução digital tenha mudado as formas do nosso trabalho como humanistas, as questões essenciais sobre o significado de *ser humano* continuam sem resposta e talvez sem resposta possível.

A terceira observação que me vem à mente quando penso no futuro das humanidades é o célebre comentário de William Faulkner: “O passado não está morto. De fato, nem sequer passou.”²

¹ Dr. Nicolas Shumway foi Dean of Humanities da Rice University, Houston, EUA, professor da Yale University, da University of Texas-Austin e Diretor do LLILAS-Instituto Teresa Lozano Long de Estudos Latino-Americanos da University of Texas-Austin. O texto aqui publicado reproduz sua palestra no colóquio *O futuro das Humanidades na Era Digital* realizado no IEA-USP em 23 de março de 2022; não inclui as perguntas e respostas que se seguiram à palestra; a totalidade do vídeo está disponível no site do IEA no YouTube

² "The past is not dead, it's not even past".

Aqui Faulkner nos lembra que aquilo que dizemos e somos vêm e são do passado. Por exemplo, o que é a linguagem se não um sistema comunicativo herdado do passado? Na verdade, nossa boca está cheia de fósseis, o que justifica o comentário do Faulkner: “O passado não está morto. De fato, nem sequer é passado.”

Mesmo assim, por mais que questionemos a ideia do “novo”, é inegável que o computador, a internet, o telefone celular, a mídia social, a inteligência artificial—só para identificar um pequeno número dos fenômenos que associamos com a idade digital—têm mudado a nossa forma de fazer quase tudo. Mudou nossa forma de ler livros e jornais, de escrever, gravar e escutar música, fazer e ver filmes, pesquisar, dar aula. Também mudou nossa forma de relacionamento com outras pessoas e de constituir comunidades, inclusive as virtuais.

Na verdade, estes fenômenos são tão recentes que nos custa compreender o que está passando. Por exemplo, as sementes da internet datam da década de 1980 quando vários governos e universidades decidiram conectar uma série de centros computacionais—isso antes de que o computador pessoal existisse e antes de eu completar 40 anos de idade. A internet comercial começa a emergir por volta de 1995. Pensemos bem nisso: a internet que forma uma parte tão essencial das nossas vidas nem sequer tem trinta anos. Consideremos também que o iPhone—o telefone que é muito mais do que um telefone— chegou ao mercado em 2007, há apenas 15 anos. Sem dúvida, estamos passando por um tempo revolucionário que no melhor dos casos compreendemos de uma forma muito imperfeita.

Talvez alguns de vocês estejam começando a se perguntar, “E isso, o que tem a ver com o futuro das humanidades digitais? Quando esse cara vai chegar ao tema do colóquio?” Antes de responder a essas perguntas quero considerar algumas razões que indicam ser as humanidades talvez um companheiro um pouco esquisito para este mundo moderno. O que distingue as humanidades

de outras disciplinas acadêmicas? Acho que a diferença mais importante é a preocupação dos humanistas pelo passado. Nas artes e nas humanidades, termos como “obsolescência” e “progresso” significam pouco. De fato, quase nunca se usam.

Podemos observar mudanças na produção e na interpretação das relíquias que estudamos como humanistas, mas quem diz que Platão e Aristóteles ficaram obsoletos devido a filósofos mais recentes como David Hume, Emmanuel Kant, ou Jacques Derrida? Ou que, devido a excelentes escritores como Clarice Lispector ou Gabriel García Márquez, já não há lugar para Sófocles, Cervantes ou Shakespeare? Ou que Tarsila tomou o lugar de Caravaggio ou Picasso tomou o lugar de Velázquez? Ou que Bach é obsoleto por causa de Mozart, ou que não há lugar para Brahms devido a Villalobos?

Acho que estes poucos exemplos revelam que nas artes e nas humanidades, as ideias de obsolescência e progresso realmente estão fora de lugar. Com razão, e sem dúvida com alguma ironia, Alfred Lord Whitehead comentou que “a generalização mais segura sobre a tradição filosófica europeia é que consiste numa série de notas de rodapé a Platão.” Não me proponho a denegrir os feitos intelectuais e artísticos de tempos recentes. Só quero sublinhar que nas humanidades somos conscientes do passado de uma forma que não ocorre em outras disciplinas porque no estudo das humanidades o passado é inescapável. Cursos de filosofia, pintura, literatura, música—e poderia continuar—sempre incluem um elemento histórico. De fato, se vocês quiserem fazer um curso sobre a história das ciências, o mais provável é que não vão encontrar esse curso nos departamentos de ciências. Se existirem, estarão salvo exceções, em um departamento de humanidades. A importância do passado nos estudos humanísticos explica por que construímos e mantemos bibliotecas e museus. Em outras palavras, ao longo dos séculos um dos principais deveres dos

humanistas tem sido trabalhar como construtores e curadores desses arquivos da nossa herança cultural.

O que nos leva a uma das responsabilidades mais assustadoras da época digital porque, se algo monumentalmente importante tem ocorrido nos anos recentes, é uma enorme (e quero dizer ENORME) expansão do arquivo. Uma das perguntas mais preocupantes da nossa época é “O que vamos fazer com esse tsunami de informação que a época digital está criando? Pior, não se trata de um arquivo estável. Cresce de forma assustadora. E, realmente preocupante para os alunos do futuro que estudarem o passado, a internet descarta materiais com a mesma rapidez com que os adquire.

Proponho como exemplo de alguns desses problemas a história do projeto Google Books. Esse projeto se propôs-se a escanear as coleções de várias das bibliotecas mais importantes do mundo anglo-americano. Tenho algum conhecimento pessoal desse projeto porque uma das bibliotecas que a Google queria digitalizar era a coleção latino-americana da Biblioteca Benson na Universidade do Texas. Durante onze anos, fui diretor do Instituto Latino-Americano dessa universidade, justamente quando a Google se aproximou de nós. A Google levou para escanear quase 500.000 livros da nossa coleção. Terminado o projeto, a Google nos deu cópias digitalizadas de todo esse material e, obviamente, guardaram cópias para uso próprio.

Mas, esse não foi o final do projeto. Foi apenas o começo porque imediatamente surgiram problemas. Por exemplo, como catalogar esse material? Como identificar temas relacionados, e -o mais importante- como tornar esses materiais pesquisáveis para o público? Para converter essas imagens escaneadas em textos com palavras, a Google trabalhou com programas sofisticados— chamados Optical Character Recognition ou simplesmente programas OCR. No melhor dos casos esses programas acertam em 90 a 98 por cento. Isto quer dizer que entre 2 e 10 por cento dos caracteres saem errados e têm de ser corrigidos à mão— mão humana, quero dizer. Os programas

OCR também tinham dificuldades para reconhecer caracteres de línguas não-inglesas e as múltiplas fontes usadas na composição dos livros.

Outro problema era catalogar os textos. Quando consultamos um catálogo de biblioteca online quase sempre encontramos versões digitalizadas das fichas em papel das bibliotecas tradicionais, com as indicações de autor, tema, título etc. Obviamente, uma ficha eletrônica pode ser mais flexível do que uma ficha em papel, pois inclui—ou pode incluir—conexões com outras fichas, mas basicamente as fichas eletrônicas são netas e talvez bisnetas das fichas tradicionais. Agora vou fazer uma pergunta à que confesso de antemão não poder responder. Como seriam as fichas eletrônicas se tivéssemos *começado* com elas, sem referência às fichas tradicionais? Sem dúvida, criar sistemas novos para classificar e acessar matérias digitais figuram entre os desafios mais intrigantes do futuro das humanidades digitais.

Voltando aos problemas do projeto Google Books, aconteceu que uma boa parte dessa coleção ficou fora do alcance dos usuários devido a problemas de direitos dos autores e das editoras—direitos que variam de país em país. O problema dos direitos deixou boa parte da coleção Google no que se chama em inglês “the gray zone”, uma zona cinzenta feita de livros escaneados que não podem ser acessados. Perguntei para uma dos nossos bibliotecários se havia solução para esse problema. Respondeu que não. A única solução é aguardar que os direitos expirem.

Outro problema da coleção Google Books é a sustentabilidade. Calcula-se que o custo de manter um arquivo costuma ser mais ou menos 50% do valor de criação do sistema lá no início. O projeto Google Books, como gesto de serviço público, foi fabuloso. Mas, Google não é uma biblioteca e seus interesses a longo prazo não incluem a manutenção da enorme coleção que criou.

Felizmente, várias fundações e universidades estão se encarregando dessa tarefa. Nos EUA o santo dessa história é a Mellon Foundation que primeiro organizou o JSTOR para arquivar e tornar disponíveis milhares de artigos extraídos de revistas acadêmicas e colocá-los em sítios web. Em seguida, JSTOR foi absorvido por um projeto maior que se chama ITHAKA, uma clara referência à Odisseia, assim criando uma metáfora que compara a viagem do herói clássico com a viagem intelectual que esses sites permitem.

ITHAKA já inclui quatro programas: o JSTOR, basicamente para pesquisadores em história e literatura; o ARSTOR, que coleciona artigos sobre arte e algumas imagens; o PORTICO, que se propõe arquivar textos e livros que só existem em formato digital; e um projeto relativamente novo chamado ITHAKA S-R que tenta criar um espaço digital para alunos e professores utilizarem os recursos dos outros programas para o ensino. A Mellon Foundation contribuiu e continua a contribuir para a manutenção desses projetos, sem fins de lucro. Mesmo assim, são caros, pois requerem suficiente verba para pagar os salários, aluguéis e ao mesmo tempo comprar e manter novos equipamentos.

Uma das soluções tem sido pedir uma colaboração das bibliotecas. Perguntei à diretora da biblioteca na minha universidade quanto pagava a universidade por uma assinatura de JSTOR. Discreta como todos os bibliotecários, ela não me quis dizer o preço exato, mas tive a impressão de que era bem alto. ITHAKA se interessa muito por estender a acessibilidade desses sites para bibliotecas que não dispõem de muitos recursos, inclusive bibliotecas em países menos desenvolvidos. Com essa meta, criaram uma escala deslizante para acomodar as possibilidades financeiras de vários tipos de bibliotecas. Mesmo assim, os custos são enormes embora as bibliotecas mais ricas paguem muito mais que as bibliotecas com menos recursos. Voltando aos problemas do futuro, não sabemos até quando o sistema de financiamento atual poderá sobreviver.

Sem dúvida, um dos desafios maiores para as humanidades digitais é conservar e cultivar esses sistemas para o futuro.

Acho que já falei bastante sobre a importância de sermos curadores do passado. Agora, quero focar outro assunto. Além de curadores do passado, que outras funções são próprias das humanidades? Entendo que todas as comparações são odiosas. Mesmo assim, acho que os humanistas, além de conhecer o passado, devem ler melhor e ver melhor do que nossos colegas nas ciências. Obviamente, uma afirmação tão audaz (e talvez insultante) como essa requer clarificação. O que quero dizer é que devemos reconhecer, identificar e desenredar as conotações e ambiguidades da língua—e das línguas, pois considera-se que os humanistas não devem ser fluentes só na sua língua materna. Por exemplo, devemos saber que uma expressão como “muito único” não faz sentido porque uma coisa não pode ser mais única do que única. Devemos saber que as diferenças culturais que as línguas indicam muitas vezes não podem ser traduzidas sem explicações perifrásticas que minam o sentido do original. Por exemplo, os diminutivos tão frequentes e queridos em português e espanhol são de tradução quase impossível para o inglês. Qual é a diferença entre um café e um cafezinho, ou entre uma conta e uma continha? Se eu digo que um garoto está sentado no canto de um quarto, não tem problema. Mas se digo que aquele garoto está *sentadinho* no canto do quarto, a tradução vai falhar. Mesmo meus amigos brasileiros não estarão de acordo sobre o sentido exato de *sentadinho*, ainda que sejam capazes de utilizar a palavra. Então, quando digo que devemos saber ler melhor, o que mais quero sugerir é que não existe leitura sem interpretação e que a interpretação está intrinsecamente mesclada à linguagem. E de forma parecida não há modo de ver uma pintura quadro—ouso dizer “ler uma pintura” —sem interpretação.

Em inglês escuta-se muito a frase “the facts speak for themselves.” Suponho que em português exista frase parecida, talvez “os fatos falam por si.” O grande problema que vejo nessa

frase é que na minha vida inteira eu nunca encontrei um fato que falasse. Vocês sim? Vocês aqui têm fatos que falam? Na verdade, se existem fatos que falam em alguma parte, quero saber por que fui excluído desse grupo.

Para ilustrar a importância e a dificuldade da interpretação quero mencionar dois curtos episódios de um conto do Borges, “La busca de Averroes”, em *El Aleph*. Em primeiro lugar, notemos a ambiguidade do título. Não sabemos se se trata de um objeto que Averroes está buscando, ou se se trata de uma pessoa —talvez nós— que está procurando por Averroes. Note-se que a tradução para o inglês, “Averroes’ Search, elimina essa ambiguidade. Acontece que Averroes é um personagem histórico, um árabe que morava na Espanha do século doze. Foi um dos primeiros tradutores de Aristóteles e suas traduções foram importantes para a recuperação da filosofia grega no resto da Europa.

No conto “La busca de Averroes”, o estudioso árabe está com grandes dificuldades para traduzir duas palavras que ocorrem frequentemente na *Poética* do filósofo grego. As palavras são “comédia” e “tragédia.” Ele se sente perdido em parte porque na cultura islâmica da Espanha da sua época não havia teatro. Enquanto está trabalhando, escuta o barulho de alguns meninos que estão brincando na rua em frente a sua casa. Averroes olha pela janela e vê que o jogo consiste na representação de um ato religioso. O primeiro menino faz o papel do muezim que chama os fiéis para as orações. Esse menino está sentado nos ombros de um segundo menino que faz o papel da torre. E há um terceiro menino que se curva no chão para rezar. O jogo dura pouco tempo porque todos os meninos querem fazer o papel do muezim e nenhum quer ser a torre.

Mas, o interessante desse episódio é que nesse jogo estava a solução para o problema que tanto inquietava a Averroes porque lá ele viu uma representação teatral com aspetos de comédia e tragédia. Viu, mas na verdade não viu. Não reconheceu o que estava vendo porque não tinha na

mente uma categoria prévia para o identificar. Dito de outra forma, sem um *nome* na sua mente, Averroes não foi capaz de reconhecer um episódio teatral. Isso abre a porta para um verdadeiro problema epistemológico. A pergunta é a seguinte: somos capazes de reconhecer coisas novas se não temos uma categoria prévia—quero dizer, um termo—para nomeá-las? O problema é ainda mais básico. Quais são os limites que a nossa cultura nos impõe para adquirir novos conhecimentos? Já falei da enorme expansão do arquivo criado pela internet. Agora temos de levar em conta que esse arquivo sem dúvida contém coisas que não veremos por que, como Averroes, não temos as categorias prévias para nomeá-las e classificá-las.

No final do conto, Averroes termina a tradução dizendo que as tragédias são panegíricas e as comédias são sátiras. Agrega que o Corão contém excelentes exemplos dos dois. Quer dizer, fracassou. Podemos dizer que o conto relata a história de um fracasso cultural. Mas depois de terminar a história, Borges agrega um curto parágrafo que é uma espécie de epílogo. Reconhece o fracasso do Averroes, mas logo se pergunta se ele, Borges, ao tentar compreender Averroes, não é tão absurdo como Averroes tentando compreender Aristóteles. E para complicar as coisas ainda mais, ele se pergunta se ele mesmo não é absurdo ao tentar compreender Borges enquanto Borges tenta compreender a Averroes tentando compreender Aristóteles. E nesse ponto, o Borges invoca um terceiro personagem. Esse personagem somos nós, os leitores, que estamos tentando compreender a nós mesmos tentando compreender Borges compreendendo Borges compreendendo Averroes compreendendo Aristóteles. Enfim, Borges cria um regresso infinito de incompreensões.

O que isso tem a ver com as humanidades digitais? Sugiro que quando nos aproximamos desse enorme novo arquivo da internet, levamos conosco a nossa cultura, a nossa mente, nosso corpo, nosso espírito e todas as nossas limitações. E isso inevitavelmente pesa na nossa capacidade para interpretar. Uma frase que sempre me chateia um pouco é a frase “evidência anedótica” porque

no final das coisas toda evidência é anedótica. Não existe evidência sem intervenção humana. É impossível tirar o observador da observação.

O último tema que quero considerar com vocês é a questão das alegações de verdade, o que em inglês se chama de “truth claims”. Ou para enquadrar a pergunta de outra forma, em que consiste a verdade nas humanidades? Como é bem sabido, as humanidades incluem muitas disciplinas. De todas elas, talvez a historiografia seja a mais eclética porque, tal como nas ciências chamadas de duras, os historiadores trabalham com evidências e indícios, tirados do mundo real. Mesmo assim, em muitos sentidos, apesar dessa conexão com a realidade, talvez a história seja o gênero mais efêmero das humanidades. Parece que cada geração tem que reescrever a história. De fato, o revisionismo histórico parece tão comum como a história mesma.

Há uma anedota que gosto sobre um velho professor de história que encontra um ex-aluno na rua. O aluno lhe diz: “Olá professor. Que bom encontrá-lo. Eu fiz um curso com o senhor sobre a guerra civil americana há mais de vinte anos. Gostei muito do curso. Mas tenho uma pequena dúvida. Minha filha fez o mesmo curso com o senhor e achei curioso que no exame final o senhor fez para ela as mesmas perguntas que constavam de meu exame final quando fiz o curso. Por que não mudou as perguntas?” “É verdade,” respondeu o professor. “Não mudei as perguntas porque agora as respostas são diferentes.”

Essa anedota revela a efemeridade da história. Mas quero notar que a conversa poderia ter uma versão invertida na qual as *perguntas* teriam mudado porque hoje em dia estamos fazendo perguntas sobre raça, gênero, sexualidade, e justiça social que não se faziam há cinquenta anos.

Se escrever história sempre foi complicado, hoje em dia é ainda mais complicado devido em grande parte aos arquivos da internet—arquivos que não são politicamente neutros. Por exemplo,

nos EUA, os novos arquivos eletrônicos têm fortalecido enormemente a pesquisa sobre a escravidão e o racismo no país. Frequentemente, escutava-se a observação que o Norte antiescravista ganhou a guerra civil, mas que o Sul—os estados antigamente escravagistas—ganharam a batalha dos relatos. Suponho que muitos de vocês viram o filme “E o Vento Levou” —*Gone with the Wind*. Esse filme tipifica o que quero dizer quando falo que o Sul ganhou o relato. Em “E o Vento Levou” os escravos estão bem tratados e leais às famílias de seus donos. De outro lado, os ianques, os invasores do norte, são homens cruéis que não respeitam a cultura sulista. No fundo desse filme está o relato que as vezes se chama de “a narrativa da causa perdida” na qual o Sul lutava, não para manter a escravidão, mas para se defender de um governo centralista e tirânico que não respeitava os direitos dos estados americanos.

Pois bem. O maior problema desse relato da causa perdida é ser quase totalmente falso. E os novos arquivos disponíveis agora graças à internet estão servindo muito para ilustrar essa falsidade porque os pesquisadores de hoje em dia têm acesso relativamente fácil aos registros dos navios que levavam os escravos da África para as Américas. O que é mais, as notas fiscais sobre a venda e a compra de escravos são fáceis de acessar. E lá se encontra muita evidência sobre a crueldade da escravidão, das famílias divididas porque os donos decidiram vender o pai ou a mãe de um menino ou separar um marido da sua esposa. Enfim, esse *relato da causa perdida* está se tornado cada vez mais fraco. O que fica no seu lugar é um relato horrível que é parte iniludível da história do nosso país. Para repetir e sublinhar: uma boa parte dessa pesquisa é possível graças aos recursos proporcionados pelas humanidades digitais.

Outro recurso que a tecnologia ofereceu à pesquisa humanística são os arquivos sobre o DNA das pessoas. É tecnologia que exige enormes recursos computacionais para arquivar e classificar grandes bancos de dados. Exemplo particularmente notório do que esses arquivos podem

apoiar é a história de Sally Hemings e Thomas Jefferson. Sally era mulata. De fato, era a meia-irmã da primeira mulher de Thomas. Durante vinte anos foi escrava de Thomas, herdada de sua primeira mulher quando ela faleceu. Sejam claros. Este escravagista era o mesmo Thomas que nos legou as inspiradoras linhas: "todos os homens somos criados iguais e a divindade nos conferiu direitos permanentes à vida, à liberdade e à procura da felicidade."

Durante muitos anos, os descendentes de Sally insistiram em ser descendentes de Thomas. Poucos levavam a sério essas reivindicações porque eram história oral e, o que é mais, vinham na forma de reivindicações de pessoas de cor. Em 1997, uma excelente pesquisadora, Annette Gordon-Reed, agora professora da Harvard University, publicou um estudo muito detalhado demonstrando que Thomas estava com Sally nove meses antes do nascimento de cada um dos seus cinco filhos.

Essa pesquisa foi descartada por muitos estudiosos porque era anedótica e circunstancial. Até um dos historiadores mais importantes do país, Joseph Ellis, que havia escrito uma biografia de Thomas, atacou o estudo utilizando o que eu chamo de "defesa Carl Magnus." Carl Magnus é um personagem da peça teatral "Little Night Music" de Stephen Sondheim. É um homem muito bonito, muito musculoso, muito masculino e muito bobo. Encontrou uma prova que julgou muito convincente para contrapor a uma pessoa que afirmava que a amada dele, Carl Magnus, tinha outro namorado. Como não queria acreditar que ela o traía com outro, ele canta uma canção que contém este verso: "She wouldn't; therefore she didn't." Traduzido, seria algo como "Ela não faria isso, portanto não fez." No caso de Thomas, a *defesa Carl Magnus* diria que Thomas nunca teria relações sexuais e filhos com uma escrava, portanto nunca os teve.

Entra a tecnologia. Em 1998, fez-se uma análise do DNA de um dos descendentes masculinos da Sally Hemings e lá se comprovou que esse homem era descendente de Thomas. Mesmo assim, muitos defensores de Thomas mantêm que o antecessor dessa pessoa poderia ser

Randolph, o irmão menor de Thomas. Único problema: Randolph quase nunca passava tempo com Sally. Obviamente esse pequeno episódio pertence a uma narrativa bem maior. No entanto, revela como as tecnologias digitais podem derrubar a história.

Como último ponto, quero assinalar outro impacto que os recursos digitais podem ter sobre as humanidades. Uma das melhores defesas do estudo humanístico é que ele expande nosso repertório de referências. Esse repertório é necessário para fazer correlações, comparações e dessa forma chegar a melhores conclusões. Essas referências podem ser históricas, mas também podem ser literárias. Por exemplo, sabemos bem pouco do Macbeth histórico, mas muito do Macbeth literário criado por Shakespeare. O Macbeth literário descreve, com um luxo de detalhes, a força da ambição e como essa ambição pode corromper uma pessoa relativamente ética a tal ponto que, com a ajuda da esposa, pode tornar-se um assassino.

A importância desse repertório de referências veio à minha mente de forma particularmente alarmante nos dias anteriores à invasão russa da Ucrânia. Li com muito interesse o discurso de Putin sobre a Rússia espiritual, a Rússia que existia acima das fronteiras políticas. Achei particularmente interessante sua acusação a Lenin por ter corrompido aquela Rússia espiritual ao formar a República Soviética Ucrâniana. Nunca tinha pensado que Putin—ex-chefe da KGB e supostamente um comunista convencido—seria capaz de denunciar um dos fundadores da União Soviética. Mas, assim foi.

Por outra parte, o humanista que levo dentro de mim reconheceu no discurso de Putin um velho relato. Mesmo tendo Putin armado sua narrativa sobre termos recentes, reconheci que se tratava de um relato bem velho. Reconheci no seu discurso ecos da promessa que o Deus de Israel fez para Abraão de uma terra prometida que pertenceria a Abraão e a todos seus descendentes pela eternidade afora. Ouvi ainda ecos da bula que emitiu o Papa Alexandre VI que em 1493 dividiu e

legou todas as terras do hemisfério ocidental aos monarcas da Espanha e Portugal. Reconheci ecos da promessa que o chefe puritano John Winthrop fez em 1630 quando, em famoso sermão, anunciou que as terras da Nova Inglaterra seriam dos puritanos e seus descendentes e que essa comunidade se tornaria uma luz para o mundo inteiro. Reconheci ecos dos escritos de Johann Gottfried von Herder que no século 18 postulou a existência de uma Alemanha espiritual que algum dia seria uma nação forte e unida—coisa que não foi realizada até meados do século XIX. Reconheci ecos do que na história norte-americana se chama de “manifest destiny”, a ideia de que o continente inteiro, do Oceano Atlântico ao Pacífico, pertenceria à nova nação dos Estados Unidos da América—entenda-se: aos brancos dessa nova nação. E obviamente também reconheci ecos daquele maníaco alemão que reivindicou todas as terras de etnia alemã para seu novo reich—sonho que ele começou a tornar realidade em 1939 com a invasão nazista da Checoslováquia e, em seguida, de Polônia. Enfim, no discurso de Putin, o relato de base era talvez tão velho quanto a raça humana. O que, sim, é novo é a capacidade que agora temos para encontrar e acumular essas referências graças à internet.

Ainda mais nova é a capacidade que agora temos de encontrar essas referências em tempo real. Graças à internet e aos telefones celulares, vemos as explosões, os cadáveres, as crianças feridas, e os milhões de pessoas que tentam fugir da violência. Também estamos vendo como um ex-comediante vai alcançando uma verdadeira grandeza de espírito e de liderança política.

Mas, o que realmente gostaria de ver em algum momento futuro são novos algoritmos capazes de identificar e talvez vaticinar as combinações de eventos, crenças e personalidades que produzem justificativas para a guerra e o assassinato de milhares de pessoas. Tais algoritmos poderiam talvez vaticinar o que acontece quando o militarismo e o nacionalismo religioso se

combinam para negar os direitos individuais e coletivos, o constitucionalismo, o império da lei, e a dignidade de todo ser humano. Tomara que isso alguma vez aconteça.